VII[e] Table Ronde internationale

sur la Lusitanie romaine

J. - G. Gorges
T. Nogales Basarrate, éds.

Naissance de la Lusitanie romaine

(I[er] av. - I[er] ap. J.C.)

Origen de la Lusitania romana

(siglos I a.C.- I d.C.)

Toulouse - Mérida

Mesas do Castelinho (Almodôvar): um exemplo de urbanismo falhado no sul da Lusitânia

Amílcar GUERRA
Carlos FABIÃO
(Faculdade de Letras
da Universidade de Lisboa – UNIARQ)

No sul da *Lusitânia*, mais concretamente no actual Baixo Alentejo, concelho de Almodôvar, na fronteira entre a peneplanície alentejana e a Serra do Caldeirão, em localização francamente interior, foi fundado, nos finais do século V a.C., o povoado de Mesas do Castelinho (*cf.* Fig. 1). Trata-se de um grande povoado fortificado, com mais de 3 ha de extensão, que se estende por duas plataformas de desigual extensão, uma, de cota superior, com feição arredondada e outra, em plano inferior, de maior dimensão, e configuração rectangular (*cf.* Fig. 2). O interesse arqueológico do local, já vagamente mencionado por Leite de Vasconcellos nos finais do século XIX (VASCONCELLOS, 1930-1931: 243), foi reconhecido na década de 50 do século XX, registando-se, então, a presença de cerâmica ática, para além de outros artefactos da Idade do Ferro e do período romano, bem como alguns indícios de uma ocupação islâmica (VIANA; FERREIRA; SERRALHEIRO, 1956). Posteriormente, viria a ser referenciado como um aglomerado já ocupado na Idade do Bronze (SCHUBART, 1975), algo que a investigação posterior não confirmou.

Apesar do seu reconhecido interesse arqueológico, foi alvo de uma extensa destruição, em 1986, que acabaria por despoletar um processo de classificação como imóvel de interesse público e consequente aquisição pelo Estado. A partir de então, teve início um programa de valorização e investigação que ainda hoje decorre (FERREIRA, 1992; FABIÃO; GUERRA, 1991 e 1994). Afigura-se importante sublinhar os constrangimentos suscitados pelas múltiplas ocupações existentes no local, pela extensa destruição havida e pela vertente de valorização do programa de

intervenções que ali decorre, para justificar algumas das limitações e lacunas com que nos deparamos.

O sítio de Mesas do Castelinho é tradicionalmente identificado como um povoado fortificado da Idade do Ferro, embora se tenha igualmente assinalado, desde sempre, uma significativa presença de materiais importados da Península Itálica. Contudo, porque o local não adquiriu notória relevância sob o domínio romano, não correspondendo seguramente a nenhum dos aglomerados urbanos da província da *Lusitania*, a ocupação desta época acabaria por ser manifestamente subavaliada. Por um lado, por ser relativamente corrente a identificação de importações itálicas, sobretudo de época republicana, nos grandes povoados fortificados da Idade do Ferro meridional, por outro, por se enfatizar excessivamente a presença destes em detrimento dos de época imperial – por exemplo, Carlos Jorge Ferreira, no seu relatório preliminar do ano de 1987, desvalorizou claramente os indícios da continuidade da ocupação, preferindo enfatizar os artigos de época republicana e uma pretensa associação à rebelião sertoriana (FERREIRA, 1992).

A nossa intervenção neste sítio arqueológico surgiu na sequência de uma solicitação da agência nacional do património histórico (na altura, Instituto Português do Património Cultural), pelo que houve desde o início uma preocupação de conservação e valorização que condicionou fortemente toda a estratégia da actuação. Por essa razão, começámos por trabalhar em áreas mais afectadas, por realizar várias intervenções de diagnóstico e consolidação / conservação e a incidir fortemente em zonas onde eram mais notórios os vestígios de época islâmica.

1.- Mesas do Castelinho: localização e dinâmica da ocupação

De um ponto de vista da instalação, o aglomerado de Mesas do Castelinho corresponde ao modelo chamado de "povoado de ribeiro", um dos mais típicos do chamado período pré-romano no sudoeste peninsular (BERROCAL-RANGEL, 1992), mas substancialmente diverso dos modelos anteriores (da chamada fase "orientalizante" ou I^{a} Idade do Ferro), conhecidos na zona, quer na área de Neves-Corvo, concelhos de Castro Verde e Almodôvar, quer no vale do rio Mira. Trata-se, pois, de uma fundação que de um modo claro rompe com os modelos de povoamento da região, cujos motivos e razões merecem alguma atenção. Em termos práticos, não se vislumbra a existência de recursos específicos que justifiquem a escolha, em concreto, deste local: não há maior potencial agrícola, bem pelo contrário, toda a região se apresenta pouco apta a práticas agrícolas, excepção feita à utilização de algumas pequenas manchas aluviais,

junto da ribeira de Mora; não há mais abundantes recursos hídricos, embora estes não faltem; não há riquezas mineiras particulares, embora estas também existam nas imediações.

FIG. 1.- Localização do povoado de Mesas do Castelinho (Almodôvar).

Por outro lado, a sua implantação, dissimulada na paisagem, não parece configurar qualquer intenção de imposição concreta (ou simbólica) sobre um qualquer vasto território.

A eleição do local não obedeceu a nenhuma intenção de ver e ser visto, pelo contrário. Aparentemente, a única justificação para a escolha assentará no possível controlo de um eixo de comunicação norte/sul, de travessia da Serra do Caldeirão. De facto, a passagem da peneplanície alentejana para o Algarve é marcada por uma faixa de terreno bastante acidentada (serra do Caldeirão) que dificulta a circulação, valorizando assim os poucos pontos de mais fácil trânsito. Em épocas históricas, este eixo de circulação acabaria por ser dominado pela vila de Almodôvar, cerca de 9 km a Este de Mesas do Castelinho.

2.- Primeiros povoadores e cronologia da fundação: os dados arqueológicos e a sua interpretação

Verificada a evidente ruptura com os modelos de povoamento anteriores, a primeira pergunta que importaria colocar era a indagação de quem eram e de onde vieram os fundadores de Mesas do Castelinho. As respostas a esta questão são difíceis de estabelecer em moldes categóricos, mas podem resumir-se aos seguintes termos:

1°) Tratar-se-ia dos habitantes dos antigos núcleos locais de pequena extensão, conhecidos tanto na bacia do Mira, como na área de Neves-Corvo (Almodôvar e Castro Verde), que terão sido abandonados na época em que se funda Mesas do Castelinho, tratando-se, pois, de um fenómeno de *sinecismo*, induzido por fenómenos que não vem ao caso tratar nestas páginas;

2°) Tratar-se-ia de gentes exteriores a estes territórios/populações que aqui teriam chegado nesta época por "migração" ou "invasão", onde se poderia, portanto, encontrar a manifestação material do eco dessa migração "céltica", transmitido por Plínio, muito tempo depois (PLIN., *Nat.,* 3, 13).

Como é sabido, estes dois feixes explicativos têm sido usados / invocados na abordagem de algumas das transformações observadas no registo arqueológico do sudoeste da Península Ibérica, entre os quais se encontra, naturalmente, a tão notória mudança nos padrões de povoamento, de que Mesas do Castelinho constitui expressivo exemplo, uma vez que esta região passou de uma etapa marcada por pequenos núcleos dispersos, sem condições naturais de defesa ou vestígios de fortificações, para outra dominada pela concentração de populações em grandes aglomerados fortificados. Importará olhar aos dados da cultura material para tentar entender se também neste domínio se pode observar uma tão marcada ruptura.

2.1.- Os indicadores de continuidade, no domínio da cultura material

Embora possa parecer um paradoxo, provavelmente, um dos mais notórios elementos de continuidade, verificado no domínio da cultura material, prende-se com a presença de materiais importados, designadamente, as cerâmicas áticas, as ânforas de origem meridional (na sua maior parte, provenientes da baía de Cádiz) e contas de vidro, para mencionar somente aqueles de mais evidente classificação, uma vez que o volume geral das importações poderá incluir vários outros elementos menos exuberantes.

Neste domínio, resulta absolutamente clara a continuidade, relativamente ao período anterior, continuidade essa que pode, inclusivamente, admitir uma coexistência temporal entre Mesas do Castelinho e, por exemplo, alguns dos povoados do Mira ou da área de Neves-Corvo. Pensamos concretamente na presença de cerâmicas áticas, em todos eles, como as chamadas *taças Cástulo*, das ânforas de origem gaditana ou das contas de vidro. Este conjunto de elementos de cultura material é, de facto, comum ao registo de todos estes povoados (quer aos pequenos núcleos da chamada I^{a} Idade do Ferro, quer ao grande aglomerado de Mesas do Castelinho) o que permite duas explicações possíveis: ou a verificação de uma ocupação coeva, na última fase de utilização, no caso dos pequenos núcleos citados, e em fase inicial no caso em apreço; ou, simplesmente, uma sequência de ocupação, sem significativo hiato entre uns e o outro. Como facilmente se perceberá, não é por esta via que poderemos esclarecer as grandes questões

anteriormente formuladas. Se há coexistência temporal, ganhará força a tese da migração, se há sequência, em curto espaço de tempo, a hipótese do *cinecismo* impõe-se. Infelizmente, os parâmetros cronológicos destes artefactos não possibilitam uma clara confirmação de uma ou outra hipótese.

É claro que estas ocorrências poderão suscitar múltiplas interpretações difíceis de comprovar arqueologicamente e originar outros tantos debates sobre a sua expressão quantitativa. Contudo, no estado actual dos conhecimentos, não é possível avaliar seriamente estes temas. O volume de informação disponível para cada sítio é demasiado desigual para possibilitar comparações pertinentes e o âmbito cronológico de produção / difusão destes artigos é demasiado lato para possibilitar qualquer interpretação (tanto a coexistência, como a sequência). A sua presença, contudo, afigura-se suficientemente relevante para inviabilizar qualquer explicação que valorize a ruptura / desagregação das velhas redes de circulação de produtos e mercadorias.

O que se pretende dizer é que as transformações originadas pelo surgimento do novo povoado não podem ser relacionadas, nem terão implicado, uma qualquer ruptura dos circuitos de distribuição de artigos importados. Não há pois uma fase de ligações mediterrâneas e uma outra de predomínio continental, com as novas sociedades fechadas sobre si próprias e desligadas dos velhos circuitos de intercâmbio, como em tempos se pretendeu – veja-se a breve discussão do tema que em outro local já expusemos (ARRUDA; GUERRA; FABIÃO, 1995).

2.2.- Os indicadores de ruptura / inovação

Como principal inovação perceptível na cultura material haverá que citar o surgimento de um novo grupo cerâmico, sem dúvida, emblemático desta nova etapa do registo arqueológico do sudoeste peninsular: as cerâmicas "decoradas" com matrizes impressas. Estas novas cerâmicas, ao que se sabe, ausentes em épocas anteriores, constituem um dos mais notórios elementos. Trata-se de grandes recipientes contentores, de fabrico manual, com faixas horizontais de impressões com matrizes de médio formato apostas na parte superior dos bojos. A evidência disponível apresenta, por norma, uma ou duas linhas de impressões, repetindo o mesmo motivo, sendo de assinalar a escassa variedade de matrizes documentada em Mesas do Castelinho – entenda-se, há muitos fragmentos com estas decorações, mas não existe uma grande variação nos motivos impressos. Análoga observação se poderá fazer, relativamente à evidência disponível para outros povoados da Idade do Ferro deste quadrante geográfico. Deve salientar-se que estes recipientes convivem com cerâmicas de outros tipos, como os vasos com faixas horizontais

pintadas monocromas ou bícromas, bem conhecidos em outras áreas onde se não documentam as cerâmicas com matrizes impressas (FABIÃO, 1998).

Um outro elemento tradicionalmente invocado como factor de ruptura é a expressiva presença de cerâmicas manuais. No entanto, hoje em dia tende a matizar-se fortemente este suposto indicador de ruptura, por razões que não interessa aqui aprofundar (FABIÃO, 1998).

Naturalmente, não é consensual a interpretação a dar a tais indicadores, nem este é o lugar para a sua discussão.

3.- A organização do povoado de Mesas do Castelinho na sua fase fundacional: observações e interrogações

O grande povoado de Mesas do Castelinho destaca-se claramente das ondulações de terreno que o rodeiam por ter grandes taludes de óbvia constituição artificial. As áreas delimitadas por esses taludes têm uma topografia relativamente regular – são essas descontinuidades que deram o nome de "mesas" ao local. Essa peculiar configuração topográfica deve-se ao facto de as antigas fortificações terem funcionado como verdadeiras estruturas de retenção. Como ao longo da sua história, a terra foi abundantemente utilizada como material de construção, quer sob a forma de taipa, quer na constituição de adobes, o sítio acabou por se enterrar a si próprio, sepultado pelo produto da degradação dos edifícios das sucessivas etapas construtivas.

Estende-se a área arqueológica por duas plataformas. Uma superior, que foi mais fortemente afectada pelas destruições de 1986, de feição arredondada, que designamos como Sector A e uma outra, de cota inferior, designada por Sector B, de configuração trapezoidal, que se pode considerar bem conservada – na expressão popular, a plataforma A é a "mesa de cima" e a B a "mesa de baixo". Para lá destas plataformas, observam-se outras descontinuidades no terreno, mais ou menos paralelas aos grandes taludes das plataformas principais, que terão também vestígios de ocupação / utilização (*cf.* Fig. 2 e Fig. 4).

3.1.- Sector A

Por ter sido a área mais profundamente afectada pelas destruições, foi nesta plataforma superior que incidiram os trabalhos de escavação, durante os primeiros anos. Foi justamente nesta área que identificámos e escavámos uma ocupação de época islâmica de características eminentemente militares (GUERRA; FABIÃO, 1993 e 2001). Por razões óbvias, não nos deteremos no comentário a estas realidades, já sobejamente divulgadas.

Interessa-nos mais abordar os vestígios identificados, relativos aos mais antigos níveis de ocupação. Deve dizer-se que não resulta fácil, no estado actual das investigações, determinar qual seria a estrutura e organização do povoado de Mesas do Castelinho na sua fase mais antiga. Os elementos de que nos podemos socorrer para o seu estudo são provenientes de três grandes áreas já escavadas, respectivamente, os sectores A-1, A-2, A-3, B-1 e B-2. Deve salientar-se que, em todos os casos, a existência de níveis de ocupação posteriores e (em três casos, A-1 a A-3) as modernas destruições, constituem outros tantos factores que dificultam as observações (*cf.* Fig. 3).

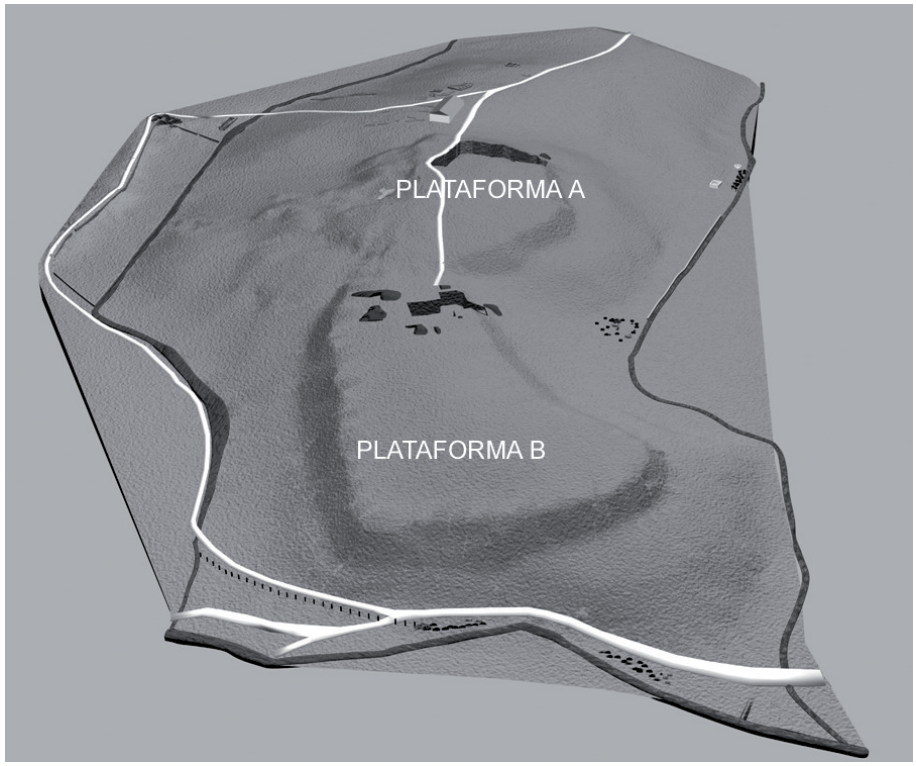

FIG. 2.- Mesas do Castelinho: um povoado que se desenvolve em duas grandes plataformas.

3.1.1.- Sector A-1

No Sector A-1 foi documentada uma ocupação antiga constituída por uma parede espessa construída com grandes blocos de xisto, à qual se associavam, pelo interior, vestígios de ocupações de carácter precário, constituídos por empedrados e buracos de postes. Esta área apresentava-se

bastante afectada, quer por fases de construção mais recente, sobretudo em época romana republicana, quer pelas extensas destruições ocorridas em 1986. Os vestígios desta mais antiga ocupação circunscrevem-se a uma pequena faixa e tinham associados grandes recipientes com matrizes impressas, fragmentos de cerâmica ática, um deles, com figuras vermelhas, infelizmente, encontrado fora de contexto primário, bem como cerâmicas com decorações pintadas em faixas. Nas restantes áreas do Sector estes níveis não existiam ou não se conservaram, pelo que se torna muito difícil entender a articulação com outros vestígios mais antigos ali documentados. Não é de excluir, naturalmente, a possibilidade de todo o edificado desta fase mais antiga se encontrar, de facto, adossado à muralha, não havendo construções na área central. Como haverá a oportunidade de comentar, análogas observações se podem fazer para outras áreas do povoado.

No restante sector, em boa parte dominado por estruturas militares de época islâmica, foi possível identificar algumas construções do período romano republicano, em muitos casos bastante mal conservadas. Ainda assim, uma área residencial e outras estruturas de finalidade indefinida demonstravam as profundas alterações introduzidas na organização do povoado, em âmbito cronológico que situamos entre os finais do séc. II e o terceiro quartel do I a.C. (GUERRA; FABIÃO, 1991 e 1994) – *cf.* Fig. 3.

3.1.2.- Sectores A-2 e A-3

As intervenções nestes sectores destinaram-se a apurar a cronologia da construção das estruturas defensivas de Mesas do Castelinho, ainda que tendo a perfeita consciência de que se tratava de áreas profundamente afectadas, sobretudo, pelas destruições recentes.

O principal problema que aqui enfrentámos, para além dos decorrentes de se tratar de uma área extensamente destruída, foi a da extrema escassez de espólios arqueológicos associados aos níveis mais antigos e, por consequência, a nula presença de elementos datantes. Foi possível verificar, contudo, que a mais antiga fase construtiva se compunha de diversos compartimentos de planta rectangular, justapostos, com uma parede cega voltada ao exterior, duas construções partilhavam uma só parede, que assim as dividia (Fig. 3).

A configuração geral do aglomerado, nesta fase, seria, pois, a dos chamados "povoados cegos", compostos por construções sequenciais, justapostas, adossadas ao sistema defensivo e, portanto, fechadas ao exterior. Não documentámos a existência de uma muralha, propriamente dita, mas apenas de paredes posteriores das casas, apoiadas entre si, formando na prática uma parede cega contínua, que funcionaria bem como elemento

defensivo. Sobretudo em A-3, foi possível documentar um reforço do sistema defensivo, mediante a construção de uma nova parede, apoiada no exterior das outras, sendo o espaço compreendido entre ambas preenchido com blocos de pedra.

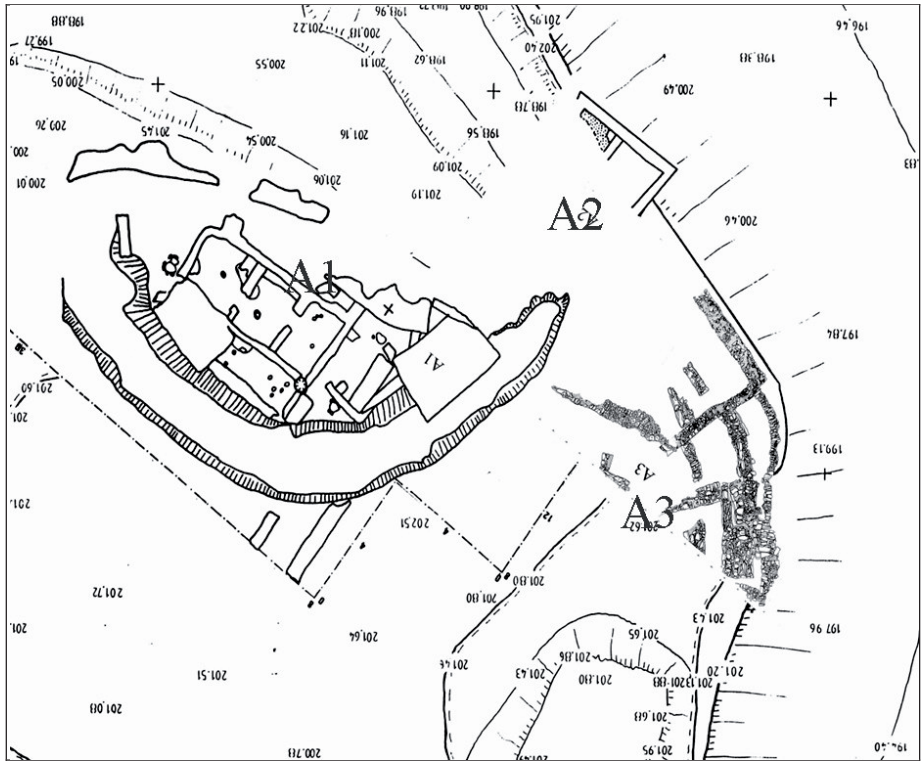

FIG. 3.- As estruturas identificadas na Plataforma A. Pequeno castelo muçulmano, com o seu fosso (A1), estruturas de época romana republicana sob o castelo (A1). Fortificações da Idade do Ferro e construções adossadas do mesmo período (A2 e A3).

O principal elemento a reter é o da total ausência de um arranjo urbano interior, para lá das ditas construções justapostas, o que permitirá supor que a área interna do povoado, propriamente dito, se apresentaria não edificada. Resultou claro também, pelo seu estado de conservação e pela estratigrafia, que as construções adossadas apresentavam mais do que um piso.

Em época romana republicana, foram realizados grandes aterros na zona, alterando por completo o desenho urbano. A anterior configuração de construções justapostas, delimitando o perímetro habitado, conferindo-lhe uma disposição vagamente radial, foi substituída por um novo desenho de feição ortogonal, com construções quadrangulares. Infelizmente, nem no

sector A1, nem no A3 se encontraram elementos que permitissem entender qual poderia ter sido a organização do espaço habitado no período compreendido entre os finais do século II e os inícios do I a.C., o momento em que teria ocorrido essa profunda transformação. De qualquer modo, tornava-se bastante claro que um novo desenho do edificado, baseado em estruturas rectilíneas e ortogonais, constituiria a norma.

Em todas estas áreas da plataforma superior de Mesas do Castelinho não se identificaram níveis de ocupação de época imperial romana, nem tampouco materiais descontextualizados desse período, o que de algum modo parecia confirmar as observações realizadas por Carlos Jorge Ferreira, responsável pelas primeiras intervenções no sítio (FERREIRA, 1992). No entanto, de entre os materiais recolhidos em áreas destruídas ou simplesmente à superfície do terreno era evidente a existência de uma qualquer utilização no local, pelo menos até aos fins do século I d.C. Outras observações relevantes das intervenções realizadas na plataforma superior (Sector A) foram, respectivamente, a verificação da inexistência de níveis de época romana republicana nos compartimentos adossados às muralhas, bem como uma evidente riqueza material desta época (período romano republicano) que não encontrava relação directa com a pobreza dos elementos estruturais identificados.

Uma vez concluídas as mais urgentes acções de salvaguarda, decidimos estender as nossas intervenções à plataforma inferior (Sector B), quer por se tratar da área mais bem conservada, quer por termos plena consciência de que ali poderíamos encontrar elementos sobre a dinâmica do povoado, que nos faltavam na plataforma superior.

3.2.- Sector B

Para lá de algumas intervenções pontuais de regularização do terreno, em áreas afectadas pelas destruições de 1986, a nossa primeira intervenção na plataforma inferior consistiu numa sondagem na sua extremidade sudeste, onde aquela destruição criara um imenso corte artificial, já limpo e desenhado por Carlos Jorge Ferreira, em 1987 (FERREIRA, 1992). Essa acção, pontual, destinou-se a produzir um diagnóstico geral da sequência das ocupações, uma vez que, por razões de conservação, todo esse grande corte iria ser coberto com geotéxtil e, de novo, enterrado.

3.2.1.- Sector B-1

Nesta sondagem, documentámos um nível fundacional de uma muralha de pedra espessa, embora de dimensão indeterminável, pelas destruições sofridas em 1986. Infelizmente, a informação arqueológica associada a estes

níveis fundacionais resumia-se a um pequeníssimo conjunto de fragmentos de cerâmica indiferenciados, com nítidos vestígios de rolamento. Foi ainda possível identificar níveis de ocupação pré-romanos, associados à espessa muralha que, por este lado, delimitava o povoado.

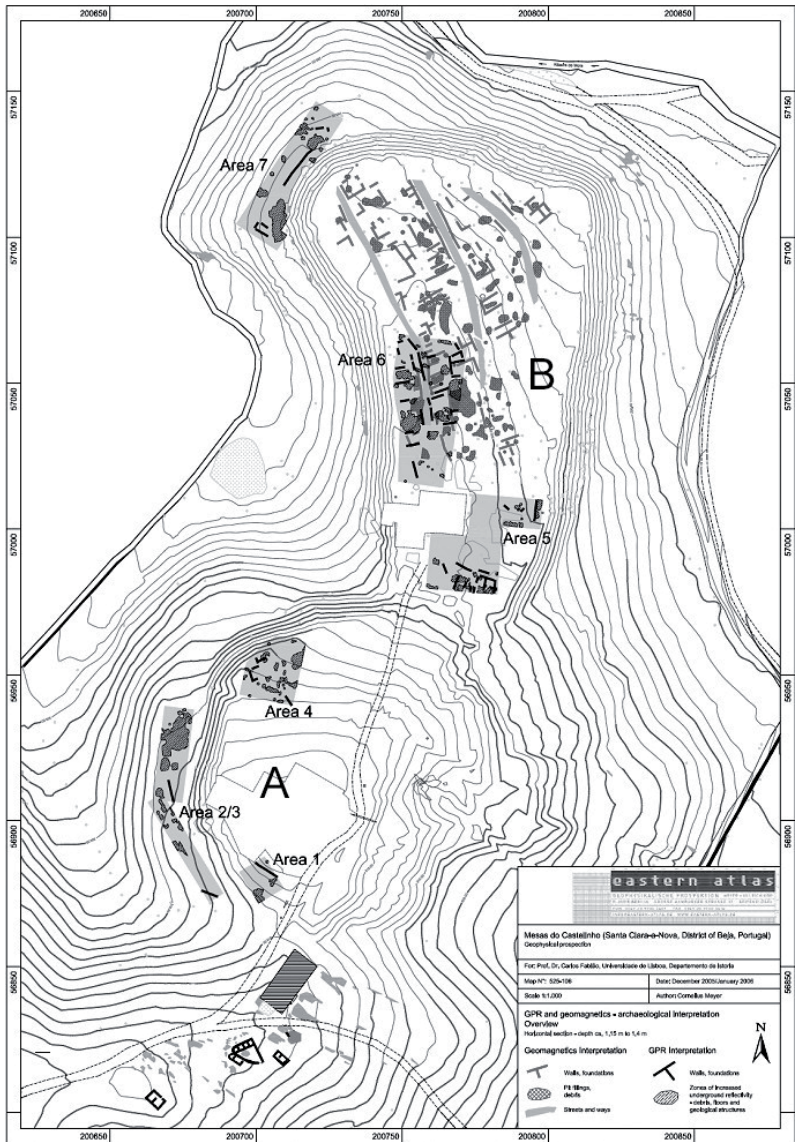

Fig. 4.- Prospecção geofísica de Mesas do Castelinho, com especial incidência nos dados da Plataforma B, onde se pode observar um desenho urbano com três grandes eixos de orientação Sul-Norte.

Estes níveis estratigráficos correspondiam a uma área que não tinha chegado a ser observada em 1987 por Carlos Jorge Ferreira (FERREIRA, 1992). De facto, este investigador registou a existência de um potente enrocamento subjacente ao plano onde assentavam os pavimentos das ocupações do período romano republicano. A sondagem que efectuámos esclareceu a natureza desse poderoso enrocamento: tratava-se do interior da muralha pré-romana, cuja face fora arrancada pela destruição de 1986 que, todavia, não a tinha desmontado por completo. Esta observação assumiu ainda uma relevância particular por revelar as relações existentes entre os pavimentos das construções dos séculos II / I a.C. e o topo da interface de destruição da muralha. Aqueles assentaram num plano topograficamente superior a esta o que sugeria que Mesas do Castelinho já teria desmantelado a sua muralha, em época romana republicana.

Por fim, identificámos um potente estrato de mais de meio metro de espessura com abundante material arqueológico claramente fora de contexto primário de deposição, onde se misturavam cerâmicas islâmicas com outras de época romana imperial (século I d.C.) e, bem entendido, um conjunto de outros materiais, normalmente muito fragmentados, correspondendo às fases mais antigas de ocupação. Embora não se tratasse ainda de níveis estratigráficos conservados, ficou claro que seria justamente nesta plataforma inferior que se concentraria a ocupação de época imperial, já revelada por materiais de superfície, mas não identificada na plataforma superior. Toda a área do Sector B de Mesas do Castelinho está ocupada por um olival de plantação relativamente recente (anos 60 do século XX). Interpretámos este poderoso estrato de superfície como uma camada resultante do transporte de terras realizado aquando da instalação do olival.

Uma vez que já dispúnhamos de uma caracterização mínima da diacronia de ocupação do lado nascente da plataforma inferior, decidimos abrir uma nova frente de trabalho na banda poente. Neste caso, lidávamos com uma área não afectada pelas destruições recentes, nem necessitada de qualquer intervenção de conservação, pelo que a delimitámos como efectiva zona de investigação.

3.2.2.- Sector B-2

Na nova área que designámos como Sector B-2, foi possível realizar uma escavação em moldes bem distintos e, assim, documentar um conjunto significativo de áreas ocupacionais. Começando pelas mais antigas, identificámos estruturas de natureza residencial (com lareiras), de planta rectangular, construídas com adobes ou taipa sobre bases de pedra. As construções justapõem-se também, sem qualquer abertura para o exterior. Foi possível determinar que a construção da estrutura defensiva utilizou as

paredes das casas e uma parede exterior que lhes é paralela, sendo o espaço compreendido entre ambas preenchido com blocos de pedra. De um ponto de vista estratigráfico, não foi possível determinar se a muralha assim composta foi, de facto, erguida logo na fase inicial da ocupação ou se correspondeu a um momento posterior. Neste último caso, teríamos, pois, um primeiro momento de ocupação em que Mesas do Castelinho seria somente um "povoado cego", mas não fortificado, e uma segunda fase em que se reforçaram as características defensivas do conjunto. Estas construções apoiadas às muralhas não patenteavam a mesma lógica "radial" das observadas na plataforma superior. Tratava-se de habitações compósitas, com diferentes compartimentos rectangulares, não tendo sido possível identificar distintas funções para os vários compartimentos escavados, uma vez que apresentavam um panorama análogo de cultura material (*cf.* Figs. 5 e 6).

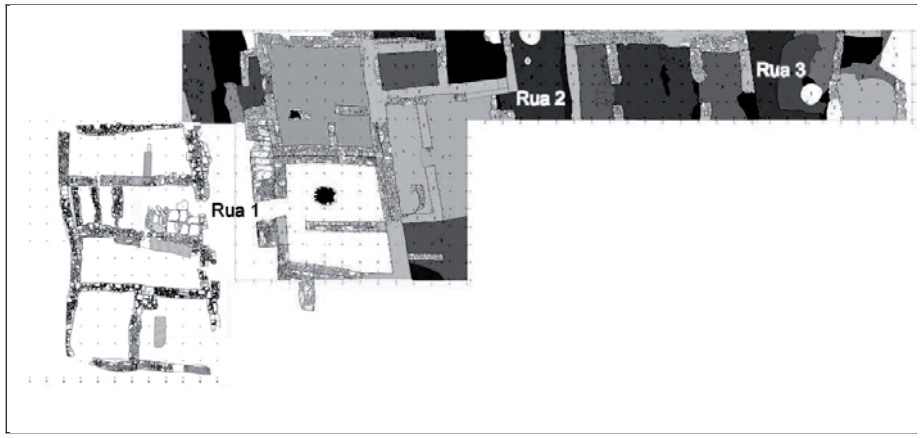

FIG. 5.- Os sectores B2 e B3 onde foi possível documentar o cuidadoso plano urbano de época romana republicana.

Sobre estes vestígios pré-romanos identificámos um conjunto de quatro construções de planta rectangular justapostas, todas elas abrindo a nascente e com parede cega a poente. Em frente a esta série de construções abria-se um espaço contínuo que interpretámos como área de distribuição ou possível rua. Aqui e de um modo ainda mais claro do que em B-1 tornou-se evidente que todo este edificado se ergueu sobre o interface de destruição da muralha do povoado da Idade do Ferro, em época romana republicana. Tal como acontecera em B1 (e também em A 2 e A 3) não se documentaram indícios de destruição violenta das fortificações, pelo que somos levados a concluir que este desmantelamento do sistema defensivo se processou de uma forma pactuada, não parecendo resultar de qualquer acção violenta. Por outro lado,

tornava-se claro que a destruição do sistema defensivo e o desenho de um novo urbanismo no povoado constituíam duas acções de um mesmo programa. Estes dados permitiram-nos integrar e melhor compreender muitas das realidades pontualmente documentadas nas diferentes áreas escavadas da plataforma A, cujo sentido não era tão claro.

FIG. 6.- A Rua 1 do urbanismo romano republicano.

Este programa de reorganização do povoado foi concretizado em época romana republicana, num momento de cronologia imprecisa, mas claramente situável entre o último terço do século II e os inícios do século I a.C. Estes compartimentos, com algumas reformulações e reestruturações, foram usados até aos finais do século I a.C., datação aferida pela presença de cerâmica aretina de verniz negro com marca Q.AF (Quintus Afranius) e alguns elementos de TS de tipo itálico. Sobre os níveis de abandono desta fase, identificámos um conjunto de estruturas muito mal conservadas, mas que considerámos ainda de época romana e, sobretudo, vestígios de utilização da área datáveis do período islâmico.

A intervenção em B 2 foi particularmente esclarecedora, sobretudo por demonstrar a existência de uma importante transformação na estrutura do povoado, ocorrida em momento precoce da instalação romana no sudoeste

da Península Ibérica. Aquilo que até então era sobretudo entendido como um processo de aquisição, certamente significativa, de artigos importados da Península Itálica ou de outras áreas da Hispânia, já submetidas ao poder de Roma, ganhou novos contornos e marcou uma nova etapa no processo de investigação de Mesas do Castelinho. Assim, definimos como tema desta nova etapa a identificação e datação do novo desenho urbano do local e, também, a definição do momento em que todo este aparente urbanismo entra em decadência até ao abandono definitivo, que podíamos datar com alguma segurança dos finais do século I d.C. ou inícios da centúria seguinte.

De um ponto de vista prático, começámos por delimitar uma extensão para Este da área do Sector B 2, que designámos como B 3. O objectivo principal prendia-se com o esclarecimento da área de distribuição a que coloquialmente chamávamos "rua", mas que, na realidade, não sabíamos a que poderia corresponder. Uma vez esclarecida a real função de eixo viário dessa área, que se tornou patente logo no início dos trabalhos, impunha-se um esclarecimento mais amplo da questão. Em primeiro lugar, pela realização de uma intervenção a toda a largura da Plataforma inferior, depois, a promoção de uma extensa campanha de prospecção geofísica em toda essa extensa área.

3.2.3.- Resultados da prospecção geofísica

A prospecção geofísica, pelo recurso ao georadar em toda a Plataforma inferior, com várias leituras correspondendo a distintas profundidades, foi suficientemente reveladora, ainda que não tanto como desejaríamos.

De facto, foi possível documentar uma densa rede de construções, estendendo-se por toda a área e, aparentemente, estruturada em torno de três grandes eixos, de orientação norte-sul, um dos quais seria justamente a rua identificada nos sectores B2 / B 3. Contudo, não nos revelou esta prospecção uma regularidade de traçado urbanístico tão clara quanto esperávamos. A explicação para este facto pode resultar de uma de duas possibilidades: ou não houve de facto uma regularidade no desenho urbano ou essa regularidade surge disfarçada pelo verdadeiro "palimpsesto" de construções de distintas épocas que constitui esta plataforma inferior. A favor desta última hipótese, poderemos invocar a realidade que pudemos observar nas áreas escavadas, onde se patenteia um ritmo relativamente elevado de renovação dos compartimentos, com múltiplas situações de reaproveitamento de estruturas de fases anteriores, a que se acrescentam novas construções. Esta dinâmica, que pode ser interpretada, não sem algumas dificuldades, nas relações estratigráficas, não é passível de ser esclarecida no desenho de anomalias gerado pelo georadar. Uma vez mais,

com base nas observações efectuadas nas zonas já escavadas, a ideia que temos é a da efectiva existência de uma clara e cuidada planificação nas construções desse momento datável de entre os fins do século II e os inícios do I a.C., que no entanto se transformou ao longo do tempo, numa dinâmica de ocupação contínua, com frequentes remodelações e reconstruções (*cf.* Fig. 4).

Infelizmente, não sabemos se a área até ao momento escavada se poderá entender como verdadeiramente representativa do urbanismo de Mesas do Castelinho. Por outro lado, de entre o numeroso conjunto de anomalias identificadas na prospecção geofísica, não conseguimos identificar conjuntos suficientemente expressivos para que possam ser interpretados como arquitectura monumental ou eventuais indícios de edifícios públicos.

Assim, podemos afirmar que temos a ideia de que há efectivamente um cuidado plano urbano no local, que pelas suas características e datação proporcionada pela evidência arqueológica tal se realizou sob influência romana, embora as estruturas domésticas não tenham, na sua configuração, uma clara marca de romanidade. A inexistência de indícios de uma arquitectura pública impede-nos de considerar este aglomerado como uma cidade embora, a fazer fé nos dados da prospecção, pareça evidente a considerável dimensão desta intervenção urbanística (*cf.* Fig. 4).

3.2.4.- Sector B 3

A intervenção de B 3, como já dissemos, começou por constituir uma simples ampliação da área de escavação de B 2, com o intuito de definir a suposta área de rua, só mais tarde assumiu outros contornos, pela realização de um corte ao longo de toda a largura da plataforma inferior de Mesas do Castelinho. Esta intervenção ainda decorre, pelo que se deverão entender como provisórias as considerações que se seguem.

Na ampliação, ficou claro que, no período romano republicano, estávamos perante uma rua, com cerca de 4 metros de largura. No lado Este, identificámos duas grandes casas, análogas entre si, mas totalmente diferentes dos compartimentos identificados no lado Oeste. Enquanto estes eram simples compartimentos rectangulares alongados, aquelas eram sólidas construções de cerca de 30 metros quadrados, com dois pisos (*cf.* Figs. 5, 6 e 7). A estes segundos pisos acedia-se a partir de escadarias exteriores, adossadas às fachadas. Estas duas grandes casas comunicavam somente com a rua, não apresentando qualquer vão em nenhuma das outras direcções (Figs. 5 e 7). Nas traseiras destes edifícios erguiam-se outras construções, que deveremos considerar totalmente independentes destes, uma vez que não existia qualquer comunicação entre eles (Fig. 5).

FIG. 7.- Uma das grandes casas da Rua 1, construída no período romano republicano.

Tornava-se também evidente que num momento difícil de datar com precisão, mas que genericamente se poderá associar ao principado de Augusto, toda a área tinha sido profundamente remodelada: a rua foi desactivada, por uma construção, provavelmente de carácter habitacional, e os grandes edifícios foram subdivididos em compartimentos de menor entidade (*cf.* Fig. 8). As importações de artigos exóticos, designadamente TS de tipo itálico e sudgálico entre outros, continuavam a chegar a Mesas do Castelinho, mas, aparentemente, em menor quantidade e num quadro de progressivo abandono do local. Esta menor capacidade aquisitiva (ou, pelo menos, menor capacidade de atracção de artigos exóticos) articula-se bem com o carácter mais frágil e a menor sofisticação arquitectónica do edificado desta época. O abandono definitivo ter-se-ia consumado entre os fins do século I e os inícios do II d.C.

Na restante área (o corte a toda a largura da Plataforma inferior), foi possível identificar as supostas duas ruas, paralelas à anterior, já sugeridas pelas prospecções geofísicas (Figs. 4 e 5). Uma vez mais parecem ser vias com largura idêntica, cerca de 4 metros, parecendo igualmente evidente que funcionaram como eixos de circulação durante um período compreendido entre os fins do século II / inícios do I a.C., tendo perdido essa função no

Principado de Augusto. Naturalmente, não é este o local para apresentar extensamente os dados materiais obtidos, muito ricos e abundantes, interessa sim sublinhar aquilo a que chamaríamos os principais elementos de caracterização de Mesas do Castelinho sob a égide de Roma.

FIG. 8.- Detalhe de uma das áreas da mesma casa, com as remodelações das primeiras décadas do século I d.C.

4.- Discussão

O povoado da Idade do Ferro de Mesas do Castelinho constitui uma fundação de raiz em local que não era previamente ocupado, datável dos finais do século V / inícos do IV a.C. Rompe, portanto, claramente, com os padrões anteriores do povoamento, quer por representar uma apreciável concentração de população, anteriormente inexistente a esta escala, na área, quer por ser acompanhado do que parece ser o abandono sistemático dos pequenos povoados locais. Não existe nenhum recurso natural de particular importância que possa explicar a eleição daquele local, para lá do seu valor junto a uma rota de circulação, pelo que consideramos pertinente valorizar essa dimensão de controle de uma via de circulação como o principal factor que explica a sua existência. Desde a sua fundação até ao reinado de

Augusto, o povoado de Mesas do Castelinho constituiu o principal ponto de povoamento da região, pelo que a sua fundação terá marcado verdadeiramente o início de uma nova era, só transformada pela constituição da Província Romana da *Lusitânia*.

O povoado indígena contactou desde muito cedo com o poder de Roma e não existe no registo arqueológico qualquer indício de destruição. A evidência do contacto precoce é aferida pela presença de importações itálicas bastante antigas (ânforas do tipo greco-itálico e Campaniense A) e por um padrão genérico que comprova o seu crescimento de um modo contínuo ao longo do tempo. Este contacto implicou, contudo, profundas transformações: o povoado perdeu as suas fortificações a ganhou um novo desenho urbano, de cariz bem distinto, que consideramos directamente influenciado pela presença romana. Torna-se evidente que, genericamente, a primeira fase de construção do período republicano patenteia um elevado nível técnico de execução, correspondente por certo a uma prosperidade que parece marcar, por regra, toda a ocupação compreendida entre os finais do séc. II e o último terço do séc. I a.C. É mais claro agora que as transformações geradas por uma nova realidade político-militar decorrente da conquista romana, não iniciam o processo de declínio do povoado. Muito pelo contrário, as populações parecem adaptar-se bem à nova situação, podendo mesmo afirmar-se que os novos tempos trazem consigo uma certa monumentalidade, sinal de prosperidade nunca antes conhecida. Constata-se, neste caso, que a instabilidade temporária decorrente do processo de conquista romana não abalou as estruturas em que assentava a relevância regional deste habitat. No entanto, essa influência romana não é notória, por exemplo, ao nível da arquitectura e organização dos espaços domésticos.
Uma outra modificação importante é a da circulação monetária. Recolhemos um número significativo de moedas, correspondendo a perdas individuais e não a situações de entesouramento, o que sugere que a economia local se encontraria fortemente monetarizada na altura em que o povoado possuía o urbanismo que designamos como republicano. Este acervo numismático fornece-nos alguns dados interessantes sobre o quadro de relações geográficas de Mesas do Castelinho. De facto, sobressaem do conjunto dois lotes, respectivamente, o das cunhagens de *Murtili* e as tésseras de chumbo de *Ossonoba*. Independentemente de outras considerações, a presença destes numismas sugere que o quadro das relações locais se orientava para Leste, na direcção do Guadiana, mas que não deixava de funcionar com o eixo Norte-Sul, na direcção do litoral algarvio, através da Serra do Caldeirão. Estes eixos de circulação constituem provavelmente o esquema básico que confere relevância à localização de Mesas do Castelinho. Constituem também as rotas naturais de acesso ao mar.

O desenvolvimento que o habitat em análise adquire em fase romana republicana contrasta claramente com a situação que vai enfrentar no período subsequente. De facto, não restam hoje dúvidas que a partir do início do Principado se dão transformações substanciais que alteram as condições de vida neste sítio. No plano urbanístico, a diferença exprime-se em especial na redução significativa da qualidade de construção e na diminuição drástica da dimensão dos espaços habitados (*cf.* Figs. 7 e 8).

A análise dos vestígios não deixa dúvidas sobre o facto de se iniciar num momento situado no terceiro quartel antes da nossa era um processo que conduzirá progressivamente ao abandono do povoado, cerca de século e meio depois. À medida que os trabalhos avançam torna-se cada vez mais claro que este percurso do sítio até ao seu final tem que ver, em grande parte, com as transformações bem conhecidas, decorrentes das novas políticas levadas a cabo por Augusto (LE ROUX, 1995: 62-70). Como se sabe, a criação da província da Lusitânia, uma das manifestações mais evidentes da profunda reorganização administrativa que o *princeps* empreendeu, atribuiu-se tradicionalmente ao ano 27 a.C. o que é perfeitamente compatível com os referenciais cronológicos das transformações registadas em Mesas do Castelinho.

Mas a existência da nova província constitui apenas uma das vertentes que marcam o mais recente programa do Estado romano de gestão dos territórios provinciais. A reorganização do espaço completa-se, no plano administrativo, com a criação de outras instâncias, situadas essencialmente em dois domínios distintos: os *conventus iuridici*, de âmbito mais amplo, e as comunidades cívicas, que se auto-administram, qualquer que seja o seu estatuto. Sem que haja necessidade de todas elas serem criadas simultaneamente, todas se inserem no principado de Augusto. *Pax Iulia*, uma cidade que se afirma como um importante centro de assentamento de populações romanas e a quem, por essa razão, Octaviano tinha atribuído o estatuto privilegiado de *colonia* (FARIA, 1986: 13; 2001: 352-353), é escolhida para ser a sede de uma circunscrição jurídica. Mas, ao contrário de acontece com outras cidades de idêntico estatuto, dispomos de escassa informação sobre os motivos que poderão estar na sua origem. A hipótese de, à semelhança de *Augusta Emerita*, dever a sua condição privilegiada ao facto de aí se terem assentado veteranos é, naturalmente, uma real possibilidade. A identificação de uma ampla área centuriada num território cuja elevada aptidão agrícola é bem reconhecida, constitui, sem dúvida, o elemento mais consistente em que se baseia esta interpretação, conferindo-lhe viabilidade (MANTAS, 1996a; 1996b; LOPES, 1996; 1997; 2003).

Ainda que hoje seja seguro, contra o que se presumiu durante muito tempo, que este aglomerado assenta num antigo povoado pré-romano

(FABIÃO, 1998, I: 255-258), o impacto de novas populações e de uma nova política transformam-no radicalmente. Qualquer que tenha sido a natureza das populações aí fixadas, a cidade que se constitui afirma-se como um novo paradigma, de enorme impacto em toda a região. As estruturas urbanas, a organização e governo da cidade, os modelos de vida e os hábitos de consumo deste aglomerado, enfim, tudo aquilo que se resume geralmente no termo "romanização", acaba por produzir, naturalmente, um enorme impacto no território e *Pax Iulia* afirma-se como um importante agente de transformação das antigas estruturas pré-romanas.

Ainda que o povoado de Mesas do Castelinho se situe a cerca de 70 km deste centro jurídico-administrativo, é inevitável que o desenvolvimento de um tão importante núcleo tenha consequências também no plano económico e social. Transforma-se num novo pólo de desenvolvimento, conduzindo certamente a uma reorientação do fluxo de bens em toda a região. Por outro lado, torna-se inevitável o poder de atracção que exerce sobre as populações, progressivamente mais tendentes a fixar-se nos aglomerados urbanos, cada vez mais vistos como os símbolos do poder, da prosperidade e do bem-estar.

A acção reformadora de Augusto no que diz respeito à Lusitânia exerce-se ainda na constituição de entidades que, de acordo com a terminologia pliniana (*Nat.,* 4,117), se designariam genericamente como *populi* e cujo número ascenderia a 45, em todo o âmbito provincial. Na sua *História Natural* explicita a diversidade de estatuto destas novas realidades, desde as *coloniae,* passando pelos *oppida veteris Latii* e terminando nos *oppida stipendiaria*, de que fornece um elenco incompleto (PLIN., *Nat.,* 4,118). Seguindo modelos de outras áreas do império e considerando igualmente a terminologia bem registada pela epigrafia, estas receberiam igualmente o nome de *ciuitates* (ALARCÃO, 1990: 359-360). Independentemente da designação, Augusto concebe estas entidades como a base sobre a qual assenta a nova estrutura político-administrativa.

Este processo acaba, naturalmente, por ter uma enorme relevância na vida dos aglomerados existentes, uma vez que, de uma maneira geral, este novo modelo rompe necessariamente com a tradição até aí mantida pelo poder romano. Quer isto dizer que, nesta área em concreto, são as reformas augustanas que formalizam a verdadeira ruptura com toda a tradição. Embora não seja fácil determinar o grau de transformação, não é difícil imaginar que, em muitos casos, se criaram realidades políticas sem qualquer tradição, dando lugar a aglomerados novos ou a que era conferido pela primeira vez um papel político-administrativo. Cremos ser importante sublinhar a natureza artificial desta reorganização, que implicou igualmente uma fixação precisa de limites territoriais, por vezes consubstanciada na

colocação de marcos divisórios, que sublinhavam bem a natureza oficial deste acto.

Na área que nos interessa, parece claro que o processo de desenvolvimento urbano se acentua especialmente, abarcando alguns importantes núcleos cuja característica comum é a sua proximidade do litoral, ou melhor, a sua fácil acessibilidade ao Mediterrâneo. Entre estes se encontram os dois aglomerados com os quais o sítio de Mesas do Castelinho mantinha uma estreita ligação em fase republicana, como o atesta a numismática, e certamente também em fase pré-romana, as cidades de *Murtili* e *Ossonoba*. A primeira, a mais próxima saída marítima do povoado em análise, assumiu um papel de relevo logo ao seguir ao processo de conquista, certamente pela sua excepcional posição estratégica, junto ao limite do troço navegável do Baixo Guadiana (FABIÃO, 1887: 146-148; LUÍS, 2003: 101-102). A relevância desta localidade já em período augustano é confirmada pelo seu estatuto de *oppidum veteris Latii,* registado no texto pliniano (PLIN., *Nat*., 4,117), e de município com os seus magistrados, segundo a documentação epigráfica (*IRCP* 96), encontrando-se os seus cidadãos inscritos na tribo Galéria (ALARCÃO, 1985: 101-102).

Do mesmo modo, na costa algarvia o processo que altera a gestão do território da Lusitânia leva à constituição de três novas entidades políticas: *Balsa, Cil(i)pes* e *Ossonoba*. A posição geográfica que esta última ocupa e os já significativos vestígios numismático dela provenientes, em especial as abundantes *tesserae plumbeae* de presumida circulação mais restrita, permitem conjecturar ser esta última a que mais impacto teve em Mesas do Castelinho. Qualquer uma delas se apresenta como um motivo de atracção das populações das regiões interiores, mais distantes dos modelos que marcam os novo tempos.

Mas, no caso vertente, não se pode esquecer igualmente a importância de um outro aglomerado que se desenvolveu na área e que deverá tornar-se a sede da comunidade cívica em que se integra o povoado de Mesas do Castelinho. Trata-se de um *oppidum stipendiarium* da lista de Plínio (*Nat*., 4,118), onde aparece sob a forma *Aranditani*, correspondente ao topónimo atestado nos itinerários sob as formas *Aranni* (*Itin. Ant. Aug.,* 426,3) e *Arani* (RAVENN., 306,13) e ainda em Ptolomeu (*Geog.,* 2,5,5), como *Arandis* (GUERRA, 1998: 287). A discussão em torno da localização concreta deste núcleo continua, uma vez que ainda não se encontrou, manifestamente, uma solução satisfatória. As diferentes propostas de identificação baseiam-se essencialmente nos dados que proporciona o Itinerário de Antonino, os quais todavia, colocam questões complexas para as quais não há uma saída óbvia. Se por um lado a distância de 60 milhas que separariam esta cidade de *Ossonoba* poderiam constituir um dado

importante, por outro a indicação de que de *Arandis* e *Salacia* distariam 35 milhas obriga a questionar a fiabilidade destas informações ou a encontrar uma solução viável. De facto, não é de modo nenhum sustentável que entre *Ossonoba* e *Salacia* se tivessem de cumprir apenas 95 milhas, quando havia que vencer uma distância correspondente a cerca de 100 milhas romanas, em linha recta (*cf.* Fig. 12).

Como se propôs há algum tempo (GUERRA, 1998, I: 288), a solução para este problema deve residir numa nova interpretação para os dados que o Itinerário de Antonino proporciona. Na realidade, deve considerar-se que as 35 milhas que separariam *Arandis* de *Salacia*, correspondem apenas a uma parte desse percurso: até ao ponto em que a estrada para esta última cidade abandonava a via que aqui se descreve e que, saindo de *Baesuris*, conduzia a *Ebora*. A distância que mediava entre essa bifurcação e *Salacia* é-nos apontada por um outro passo da mesma obra, onde se recolhe a aparentemente estranha indicação de que, entre este último lugar e *Ossonoba* medeiam XVI milhas (*Itin. Ant. Aug.,* 418,6). Leia-se, mais uma vez, que essa medida respeita apenas ao percurso entre a cidade do Baixo Sado e o entroncamento com a estrada que conduzia à actual Faro. Por isso, para calcular a distância entre *Ossonoba e Salacia* há que somar as três indicações: 60 milhas (*Ossonoba* – Arandis) + 35 milhas (de *Arandis* ao ramal que levava a *Salacia*) + 16 milhas (de *Salacia* à estrada que seguia para *Ossonoba*) = 111 milhas, uma distância verosímil (Fig. 12).

A assumir a veracidade destes números, *Arandis* deveria situar-se ligeiramente a norte de Ourique, o que seria compatível com a proposta da sua identificação com Garvão (ALARCÃO, 1990: 362). Falta, naturalmente, uma comprovação arqueológica que só trabalhos sistemáticos no local poderão vir a fornecer, uma vez que ali existem realmente materiais romanos, de difícil avaliação e, sobretudo, até hoje, nada que possa sugerir um efectivo cariz urbano. Uma outra possibilidade de identificação aponta para o lugar de S. Bárbara de Padrões, no concelho de Castro Verde, e foi defendida por Manuel Maia, baseando-se quer nas observações de José Leite de Vasconcellos (1930-1931: 231-232), quer no seus próprios trabalhos na região (MAIA, 1987: II, 134). Uma vez mais, nas extensas ruínas de S. Barbara, onde existiu seguramente um santuário de época romana, não há verdadeiros indícios da presença de uma cidade (MAIA; MAIA: 1997).

Sobre a origem pré-romana no topónimo *Arandis* não subsiste qualquer dúvida. Mas, como têm posto em evidência casos como de *Ebora*, a circunstância de um lugar assumir um nome de origem hispânica não é garantia de que o sítio possua uma ocupação pré-romana. Deste modo, perante a nossa ignorância a respeito da sua correspondência actual, não é possível determinar até que ponto as novas funções administrativas se

associam a um lugar com alguma importância regional em fase anterior, agora alterada (leia-se, incrementada) pelas novas funções que as reformas augustanas lhe atribuíram.

De qualquer modo, *Arandis* afirma-se, por via da reorganização do território hispânico, como um centro político de uma extensa área que, de acordo com a conjectura de Jorge de Alarcão (1990: 362 e 367) deveria corresponder ao sector poente do Alentejo meridional, confinando o seu território a Este com Mértola e a Norte com os de *Mirobriga* e *Pax Iulia*. As suas novas atribuições implicaram, necessariamente, a constituição progressiva daqueles elementos estruturais que definem as entidades políticas criadas, entre elas o *forum* e as suas habituais componentes, marcas de uma vida pública de paradigma romano. Tendo consciência que é necessário evitar o erro frequente de imaginar que estes cidades reproduzem um modelo de desenvolvimento baseado em casos conhecidos, não seria todavia arriscado imaginar que o núcleo augustano se teria dotado de alguns atributos que o identificariam como a sede de uma comunidade cívica dotada de autonomia, com os seus magistrados e a sua assembleia. E, mais tarde ou mais cedo, com maior ou menor monumentalidade, deveriam surgir também as construções típicas, conferindo ao lugar os atributos de natureza estrutural definidores da sua função política.

São estes aspectos, ao fim ao cabo, que distinguem, no plano arqueológico, um sítio como Mesas do Castelinho, onde se não verificam indicadores de relevância política e uma verdadeira cidade da província. A manifesta ausência de um processo de monumentalização neste período, aponta, por si só, para a circunstância de este aglomerado ter sido preterido, no momento de se escolher a sede da nova instituição cívica.

Por outro lado, uma das manifestações mais típicas da integração dos habitats e das suas populações no processo romanizador, reside na divulgação do fenómeno epigráfico, com todas as suas peculiaridades. Não é por acaso que o único documento inscrito em pedra até ao momento registado em Mesas do Castelinho (*cf.* Fig. 9) possua características muito peculiares, pouco conformes os hábitos epigráficos que se generalizam nos contextos urbanos. Não se manifestam aqui as convenções que marcam os trabalhos das oficinas lapidárias e nem sequer a letra capital, um dos traços das inscrições deste *conventus*, aqui se encontra representada.

O suporte corresponde a um bloco de xisto local que se encontrava reaproveitado numa estrutura de período imperial, o que permite remeter esta manifestação de escrita para uma fase relativamente precoce, provavelmente não posterior ao período augustano. A face inscrita foi aparentemente gravada em muitas ocasiões, e de forma quase exaustiva, de tal modo que dá a impressão de um imenso palimpsesto, onde a custo se distinguem as

diferentes sequências sobrepostas. Eventualmente o trabalho de escrita foi executado por diferentes mãos, facto denunciado pela diversidade patenteada pelo *ductus*, pela profundidade de gravação dos caracteres e pela dimensão das letras (Fig. 9).

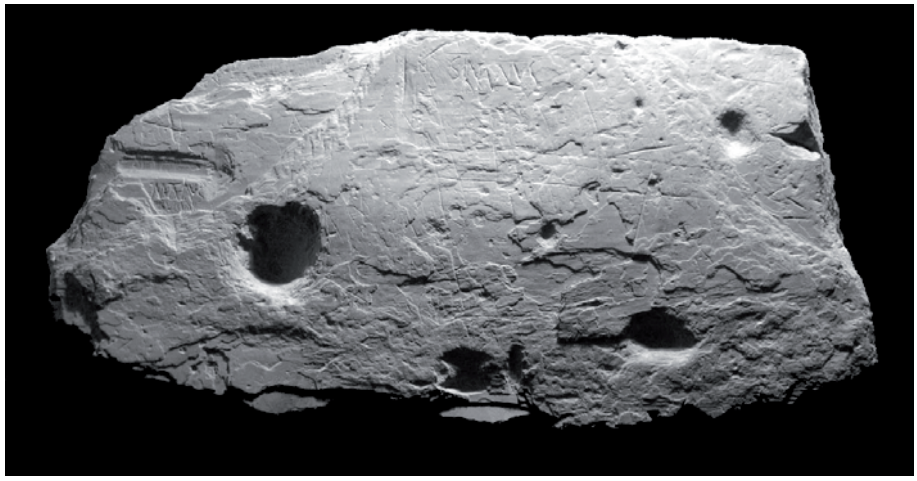

FIG. 9.- Bloco de xisto inscrito, reaproveitado nas construções do século I d.C.

De uma maneira geral, perante a profusão e variedade de traços, não se torna fácil identificar as diferentes sequências, quase todas elas apenas ligeiramente apontadas. Todavia, é possível distinguir com bastante segurança duas delas, ambas marcadas pela utilização evidente da escrita cursiva: Numa, colocada em posição central e claramente distinta pela profundidade dos traços, é possível ler SILVANVS (*cf.* Fig. 10); numa outra, situada num extremo da peça, em zona rebaixada, em signos de menor dimensão e não tão distintamente gravados, parece reconhecer-se, na mesma escrita cursiva e com alguns nexos: MANTAIVS EBVRIAE (*cf.* Fig. 11). Os três registos onomásticos são também eles bastante sugestivos. *Silvanus* denuncia o fenómeno de latinização dos nomes pessoais, que acaba por se generalizar em quase toda esta região. Mas mais significativa é a perduração dos dois nomes indígenas, *Mantaius* e *Eburia*, bem representados na tradição pré-romana do Ocidente hispânico, mas que constituem uma excepção na área. Estas ocorrências podem justificar-se pela maior precocidade desta manifestação epigráfica e, ao mesmo tempo, pelo seu cariz eminentemente popular, denunciando um ambiente ainda pouco romanizado, mas que em breve perderá esta característica. De certo modo, a literacia manifestada pelo(s) seu(s) produtor(es) é já um sintoma da alterações culturais que progressivamente atingirão toda a região .

FIG. 10.- Pormenor do bloco de xisto com a inscrição SILVANVS.

FIG. 11.- Pormenor do mesmo bloco com a inscrição MANTAIVS EBVRIAE.

Como se viu, este processo de integração acaba por se fazer, no caso de Mesas do Castelinho, à custa do seu progressivo despovoamento, certamente justificado pelo desenvolvimento dos núcleos urbanos e pela capacidade de atracção que eles exercem.

Não terão sido somente as cidades a atrair as populações dos antigos núcleos indígenas. Datam do reinado de Augusto significativos vestígios de actividade mineira na chamada "faixa piritosa ibérica", com particular incidência na sua área ocidental. Aljustrel e S. Domingos (Mértola) são núcleos maiores onde se verifica uma significativa presença de materiais arqueológicos datáveis da mudança da Era, independentemente de alguma exploração em época pré-romana ou no período republicano (DOMERGUE, 1983; 1987; 1990). Mesmo núcleos menores como Brancanes, no próprio concelho de Almodôvar, entregaram materiais arqueológicos de cronologia augustana (DOMERGUE, 1987). Estas actividades extractivas requeriam grandes contingentes de mão-de-obra, tanto a directamente envolvida na laboração das minas, como a que se ocupava no conjunto das restantes actividades que estas grandes concentrações de gente necessariamente geravam. O facto de não se documentarem grandes minas nas imediações de Mesas do Castelinho ajudará por certo a explicar as razões porque foi ficando à margem do novo mundo que se desenhou.

Finalmente, o sítio em estudo terá sido afectado por uma outra importante transformação. Como se disse, este habitat devia uma parte da sua relevância ao controlo do atravessamento da serra algarvia, circunstância que deve ser substancialmente alterada pela nova rede viária que a presença romana lançou. Baseando-se numa nova lógica territorial, é compreensível que as antigas alternativas de viabilidade sejam substituídas, retirando ao povoado um dos factores que constituiria a sua prosperidade. Embora se desconheça em concreto o traçado da rede viária romana nesta região, bastante condicionada, designadamente, pelas incertezas a respeito da localização de

Arandis, nenhuma das vias de ligação norte-sul parece ter escolhido o passo de travessia da Serra do Caldeirão a que Mesas do Castelinho se associa. Esta distância em relação aos grandes eixos viários determinou também a sua condição secundária (*cf.* Fig. 12).

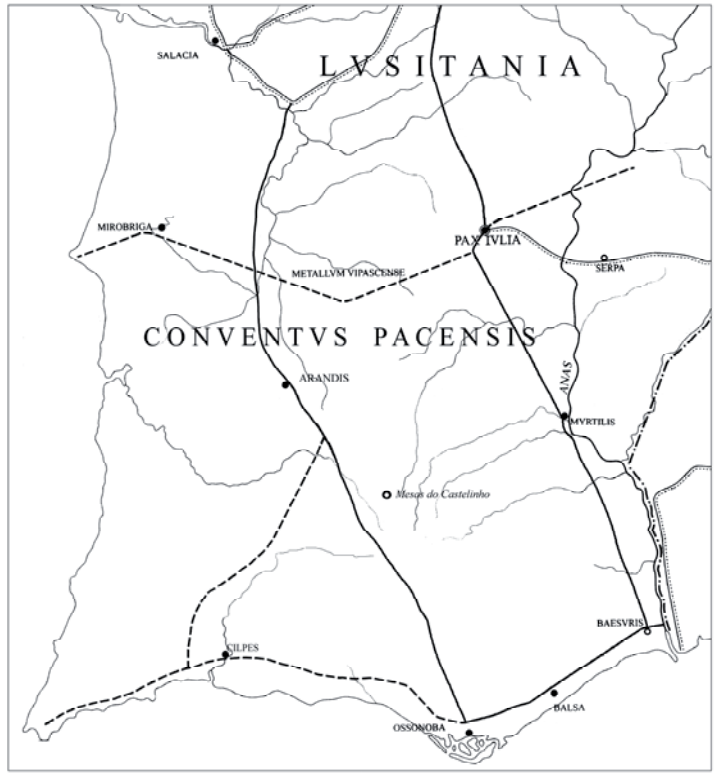

FIG. 12.- Proposta de identificação das principais vias da região.

Excluído dos projectos político-administrativos de Augusto, afastado dos novos eixos viários, Mesas do Castelinho outrora próspero entra em declínio acentuado, vendo progressivamente partir a sua população, os seus artesãos, que encontram nos meios urbanos e nas zonas mineiras as respostas mais adequadas às suas necessidades e às exigências dos novos tempos.

A consideração retrospectiva da dinâmica histórica da região, pode ajudar a compreender a razão de ser desta instalação. Em termos práticos, Mesas do Castelinho assumiu uma relevância local/regional no período compreendido entre o século V a.C. e o século I d.C., tendo conhecido, depois, um longo hiato de ocupação, com reutilização em época islâmica, no período Omíada / primeiras taifas, quando ali foi construído e utilizado um pequeno castelo,

com núcleo rural associado (GUERRA; FABIÃO, 1993 e 2001). Assim, afigura-se legítimo postular que o sítio é mais importante pela sua localização estratégica, do que pela riqueza dos recursos que domina; e, em consequência, só adquire efectiva relevância quando não existem poderes fortes e centralizados dominando a região – assim se justificaria, por exemplo, o seu efectivo abandono em época imperial romana, quando se desenha o espaço provincial da *Lusitania*, tal como no período Almôada, quando, uma vez mais, se procede a uma grande reorganização territorial. Em alternativa, poderemos admitir que distintas razões justificaram as diferentes ocupações, mas, assim sendo, não se afigura fácil propor que motivos levaram à reocupação medieval do velho povoado há tanto abandonado.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, J. de (1985) – Sobre a romanização do Alentejo e do Algarve: a propósito de uma obra de José d'Encarnação. *Arqueologia*. Porto. 11, p. 99-111.

ALARCÃO, J. de, coord. (1990) – *Nova História de Portugal, vol. I - Portugal das origens à romanização*. Lisboa: Ed. Presença.

ARRUDA, A. M.; GUERRA, A.; FABIÃO, C. (1995) – O Que É a IIª Idade do Ferro no Sul de Portugal, *Iº Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto, 1993). Actas VI*, "Trabalhos de Antropologia e Etnologia", 35 (2), p. 237-257.

BERROCAL-RANGEL, L. (1992) – *Los Pueblos Celticos del Suroeste de la Peninsula Iberica*, Madrid (Complutum-Extra, 2).

DOMERGUE, C. (1983) – La Mine Antique D'Aljustrel (Portugal) et les Tables de Bronze de Vipasca, *Conimbriga*, 22, p. 5-193.

- (1987) – *Catalogue des Mines et des Fonderies Antiques de la Péninsule Ibérique*. 3 vols. Madrid: Diffusion De Boccard (Publications de la Casa de Velázquez - Série Archéologie VIII).
- (1990) – *Les Mines de la Péninsule Ibérique dans L'Antiquité Romaine*. Roma (Collection de L'École Française de Rome, 127).

FABIÃO, C. (1987) – Ânforas romanas republicanas de um depósito de Mértola, no M. N. A. E. *O Arqueólogo Português.* IV série, 5, p.125-148.

- (1998) – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área céltica do território hoje português*, 3 vols., Lisboa, 1998 (tese de Doutoramento policopiada).

FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1991) – O povoado fortificado de "Mesas do Castelinho", Almodôvar, *Actas das IV Jornadas Arqueológicas da AAP, Lisboa, 1990),* p. 305-319.

- (1994) – As ocupações antigas de Mesas do Castelinho (Almodôvar). Resultados preliminares das campanhas de 1990-92, *Actas das V Jornadas Arqueológicas da AAP (Lisboa, 1993),* vol. 2, p. 275-289.

FARIA, A. M. de (1986) – Moedas hispano-romanas do Museu da Guarda. *Numismática,* 40-41, p. 13-14.

- (1995) – Moedas de época romana cunhadas em território português. In: García-Bellido, M. P; Centeno, R. M. S. (ed.), *La moneda hispánica: ciudad y territorio*. Madrid: CSIC, p. 143-153.
- (2001) – *Pax Iulia, Felicitas Iulia, Liberalitas Iulia. Revista Portuguesa de Arqueologia.* Lisboa (4:2), p. 351-362.

FERREIRA, C. J. A. (1992) – Escavações no povoado fortificado das Mesas do Castelinho (Almodôvar). Relatório preliminar, *Vipasca, 1,* p. 19-37.

GARCÍA-BELLIDO, M. P.; BLÁZQUEZ CERRATO, C. (2001) – *Diccionario de cecas y pueblos hispánicos*. 2 vol. Madrid: CSIC.

GUERRA, A. (1998) – *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular.* Dissertação de Doutoramento em História Clássica apresentada à Universidade de Lisboa. 2 vol. Lisboa.

GUERRA, A.; FABIÃO, C. (1993) – Uma fortificação Omíada em Mesas do Castelinho (Almodôvar), *Arqueologia Medieval*, 2, p. 85-102.

- (2001) – Mesas do Castelinho, Almodôvar: uma fortificação rural islâmica do Baixo Alentejo, *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos (Palmela)*, Lisboa, Ed. Colibri / C. Municipal de Palmela, p. 171-176.

LE ROUX, P. (1995) – *Romains d'Espagne: cités et politique dans les provinces (II siècle av. J.-C. – III siècle ap. J.-C.)*. Paris: Armand Colin.

LOPES, M. C. (1997) – L'occupation du sol dans le territoire de Pax Iulia (Beja). In: Étienne, R.; Mayet, F. (Eds.), *Itinéraires Lusitaniens: Trente Ans de Collaboration Archéologique Luso-Française (Actes de la Réunion Tenue à Bordeaux les 7 et 8 Avril 1995 à l'occasion du trentième anniversaire de la Mission Archéologique Française au Portugal)*, Paris, Diffusion E. De Boccard, p. 157-178.

- (1996) – O território de *Pax Ivlia*: Limites e caracterização, *Arquivo de Beja.* Série III, 2-3, p. 63-74.

- (2003) – *A cidade romana de Beja. Percursos e debates acerca da "civitas" de Pax Iulia*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.

MAIA, M. M. F. A. (1987) – *Romanização do território hoje português ao sul do Tejo. Contribuição para a análise do processo de assimilação e interacção sócio-cultural 218-14 d.C.* 2 volumes. Lisboa: Faculdade de letras da Universidade de Lisboa (dissertação de doutoramento policopiada).

MAIA, Mª; MAIA, M. (1997) – *Lucernas de Santa Bárbara*, Castro Verde, Cortiçol.

MANTAS, V. G. S. (1996a) – Teledetecção, cidade e território: *Pax IuIlia*. *Arquivo de Beja*. Série III, 1, p. 5-30.

- (1996b) – Em torno do problema da fundação e estatuto de *Pax Iulia*, *Arquivo de Beja*. Série III, 2-3, p. 41-62.

SCHUBART, H. (1975) – *Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberichen Halbinsel*, Berlim (Madrider Forschungen, 11).

VASCONCELLOS, J. L. (1930-1931) – Excursão pelo Baixo Alentejo 1897, *O Archeólogo Português*, 29, p. 230-246.

VIANA, A.; FERREIRA, O. V.; SERRALHEIRO, A. (1956) – Apontamentos arqueológicos dos concelhos de Aljustrel e Almodôvar. *Actas do XXIII Congtresso luso-espanhol da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências (Coimbra, 1956) – 7ª secção – ciências históricas e filológicas*. Tomo VIII, Coimbra, p. 461-470.

***

Partagée entre les deux grands pays modernes de la péninsule Ibérique, l'ancienne province romaine de Lusitanie, qui englobe une grande partie du Portugal actuel et de l'Estrémadure espagnole, n'est devenue un objet de recherche en tant que tel que depuis un peu plus d'une vingtaine d'année.
Dans ce processus qui a réuni dans une même vision d'ensemble des chercheurs de différentes nationalités, les rencontres thématiques périodiques représentées par les sept Tables rondes internationales sur la Lusitanie romaine tenues à ce jour ont joué un rôle prépondérant. Longtemps centrées sur la pleine époque impériale, la dernière d'entre elles, avec ce volume, se consacre pleinement aux aspects originaux qui ont entouré la création et l'émergence de cette province antique, à la charnière du changement d'Ere.

Dividida entre los dos grandes países modernos de la Península Ibérica, la antigua provincia romana de Lusitania, que engloba una gran parte del Portugal actual y de la Extremadura española, comenzó a ser objeto de investigación hace poco más de veinte años.
En este proceso global, que reunió en la misma visión de conjunto a investigadores de distintas nacionalidades, los encuentros temáticos periódicos representados por las siete Mesas redondas internacionales sobre Lusitania romana hasta ahora celebradas, desempeñaron un papel preponderante. Aunque centradas en un primer momento en plena época imperial, la última de ellas, en este volumen, se dedica a los aspectos originales que rodearon la creación y el desarrollo de esta nueva provincia de Roma, en torno al cambio de Era.

MAR MUSEO NACIONAL DE ARTE ROMANO
GOBIERNO DE ESPAÑA MINISTERIO DE CULTURA
UNIVERSITE DE TOULOUSE LE MIRAIL
TRACES